

# Reserva Natural Marinha Local das Avencas

3.<sup>a</sup> Sessão de Participação Pública | 12 de outubro de 2012

## 3ª Sessão de Participação Pública para a criação da Reserva Natural Marinha Local das Avencas

Público-alvo: pescadores, veraneantes, moradores,  
desportistas e representantes de atividades comerciais

### EQUIPA TÉCNICA:

Ana Margarida Ferreira, Sara Faria, Paula Cabral, Vânia Fialho

### CONTACTO:

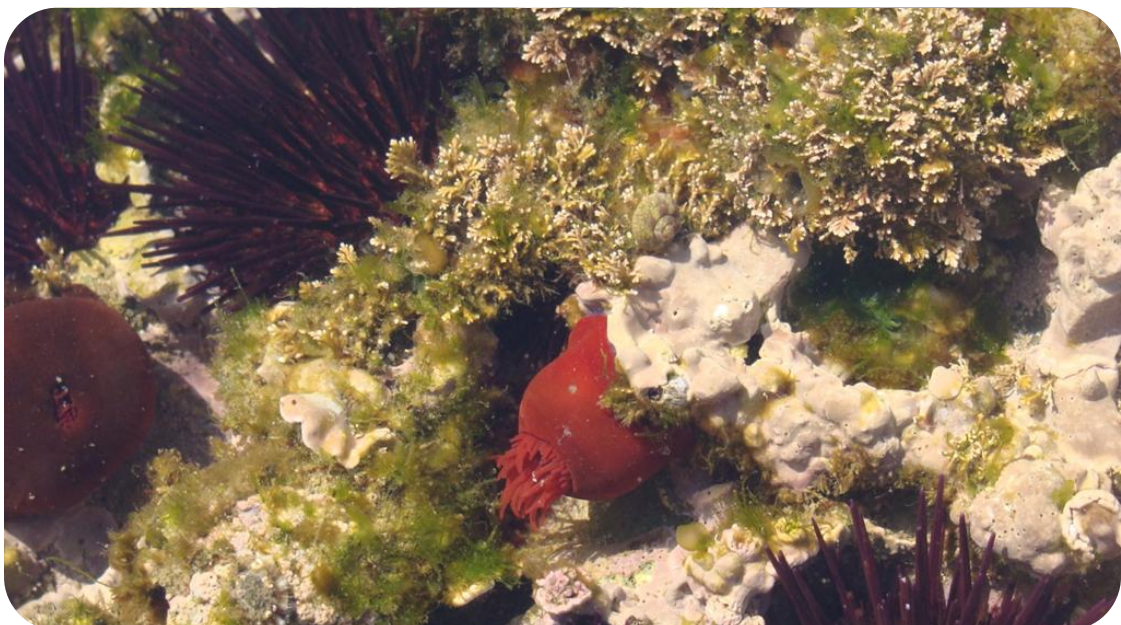
atendimento.municipal@cm-cascais.pt

### ENTIDADES PRESENTES:

- \_ Agência Portuguesa de Ambiente (Eng.ª Margarida Nunes e Dr. Celso Pinto)
- \_ Capitania do Porto de Cascais (Comandante Dario Moreira)
- \_ Cascais Próxima (Eng.º Fernando Pais)
- \_ Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Cascais (Dr. Nunes Carvalho)
- \_ Junta de Freguesia da Parede (Dra. Odete Abrantes)
- \_ Polícia Marítima (Chefe P.M. Olímpio Ferreira)
- \_ Proteção Civil (Eng.º Carlos Estribeira)

## Conteúdo

1. Introdução .....	4
2. Programa .....	5
3. Apresentação do projeto de criação da Reserva .....	6
4. Sessão de perguntas ao painel.....	11
5. Intervenção das entidades convidadas .....	13
6. Considerações finais.....	15
7. Anexos .....	17
7.1. Panfleto de divulgação das sessões de participação.....	17
7.2. Lista de participantes .....	18
7.3. Propostas apresentadas por José Carlos Martins .....	19
7.4. Propostas apresentadas por Miguel Lacerda .....	20
7.5. Propostas da Peskayak e da Comissão de Pesca Lúdica e Desportiva do Concelho de Cascais .....	24



## 1. Introdução

A Plataforma Intertidal das Avencas tem sido um local privilegiado ao longo dos anos para estudos científicos, académicos e até mesmo por curiosos pela sua elevada biodiversidade, tanto a nível terrestre como a nível marinho. Desde 1998 que devido a essa mesma biodiversidade esta zona foi classificada pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela – São Julião da Barra (POOC Cidadela - S. Julião) como Zona de Interesse Biofísico das Avencas (ZIBA).

Apesar do seu estatuto de proteção, as plataformas rochosas intertidais das Avencas têm vindo a ser ameaçadas por vários fatores como a poluição, flutuações nos fatores bióticos e abióticos, o constante pisoteio e a pesca ilegal.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Cascais, através da Cascais Ambiente, propõe a elevação desta zona a “Reserva Natural Marinha Local das Avencas” (RNMLA), ao abrigo do decreto-lei n.º 142/2008, abrindo um período de Consulta Pública de 270 dias, publicado a 20 de Fevereiro de 2012 e com término a 21 de Janeiro de 2013.

A terceira sessão de Participação Pública para a criação da RNMLA realizou-se no dia 12 de outubro de 2012, pelas 18h00, no Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal e contou com a presença de 31 participantes, entre eles representantes da Comissão de Pesca Lúdica do Concelho de Cascais, Núcleo de Surf e Mar da Parede, da Quercus, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Esta sessão pretendeu reunir todos os interessados na criação da reserva, desde pescadores, a veraneantes, moradores, desportistas e representantes que exercem as suas atividades comerciais na zona de criação da RNMLA. O objetivo desta sessão de participação foi o de recolher contributos e propostas destes agentes para inclusão na proposta de criação da RNMLA, bem como apresentar alguns dos resultados de propostas das anteriores sessões e dos estudos que têm vindo a ser feitos nesta zona.

## 2. Programa

### **18h00 – Acreditação**

Registo dos participantes

Consulta do estudo-base para a criação da RNMLA

### **18h15 – Início da Sessão de Participação Pública**

Moderação: Agenda Cascais 21

Cascais Ambiente – Apresentação do Projeto de criação da Reserva Natural

Marinha Local das Avencas

### **19h00 - Sessão de perguntas ao painel**

### **19h25 – *Coffee break***

Os participantes que pretendam entregar alguma proposta poderão preencher as fichas de participação disponíveis para o efeito

### **19h45 – Sessão de Encerramento**

Moderação pela Agenda Cascais 21

Intervenção dos representantes das entidades convidadas

Fecho da sessão

### 3. Apresentação do projeto de criação da Reserva

O projeto de criação da Reserva Natural Marinha Local das Avencas (RNMLA) esteve disponível para consulta durante toda a sessão de participação, desde a chegada dos participantes. O projeto foi depois apresentado aos participantes pela equipa técnica da Cascais Ambiente. Segue-se um resumo dos principais pontos do projeto e das propostas de ação para a área da RNMLA:

- Classificação, em 1998, da Zona de Interesse Biofísico das Avencas, pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - São Julião da Barra;
- Publicação do Decreto-Lei nº 142/2008, que possibilitou às autarquias a criação de Áreas Protegidas de Âmbito Local;
- Existência de uma elevada biodiversidade e património natural na zona, que leva à sua necessidade de conservação;
- Causas da diminuição de biodiversidade ao longo dos anos (apanha de bivalves e pesca, apanha lúdica, pisoteio, perturbações durante a época de reprodução);
- Proposta de limites da RNMLA e justificação destes limites (integração das áreas de interesse especial na zona da Reserva).

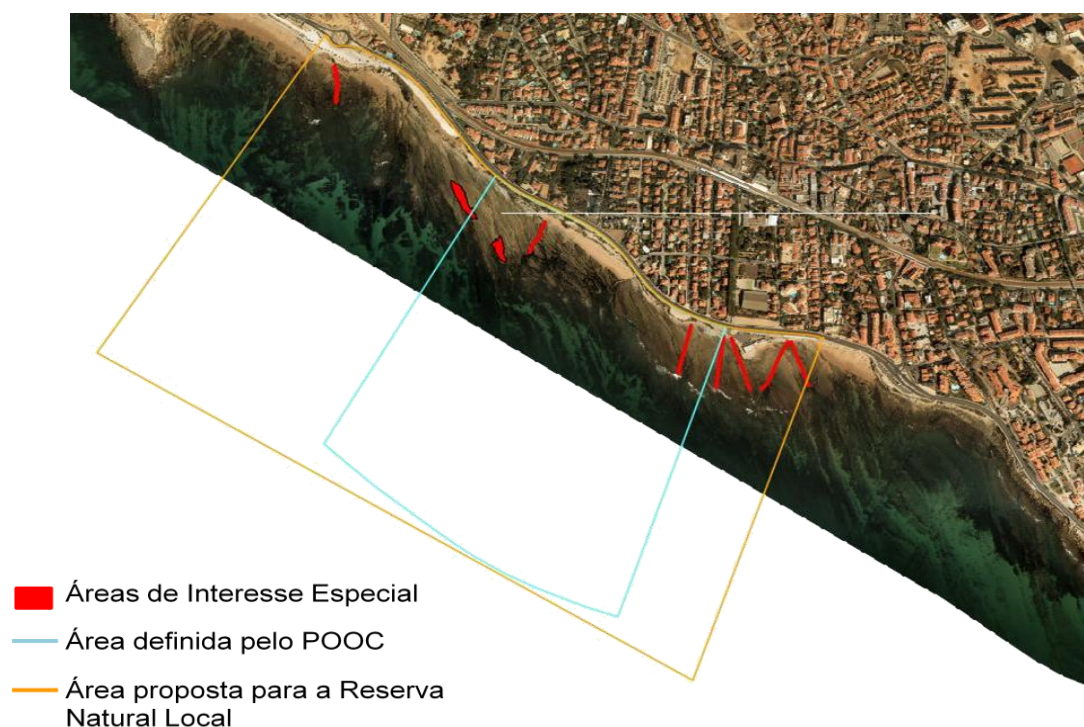


FIGURA 1 – PROPOSTA DE LIMITES DA RESERVA NATURAL MARINHA LOCAL DAS AVENCAS

### PROPOSTAS DE AÇÃO:

- ▶ Sinalização em terra e em mar dos limites da Reserva
- ▶ Reforço de fiscalização
- ▶ Monitorização da fauna e flora
- ▶ Certificação Ambiental pela ISO 14001
- ▶ Delimitação de trilhos de visitação e colocação de sinalética
- ▶ Controlo e erradicação de espécies invasoras
- ▶ Promoção do desenvolvimento da vegetação natural característica
- ▶ Percursos e painéis interpretativos
- ▶ Ações de conservação e recuperação das casamatas
- ▶ Visitas guiadas à plataforma intertidal
- ▶ *Touch tank* e Miradouro Virtual
- ▶ Infografia no túnel das Avencas
- ▶ Painéis informativos nos acessos à RNMLA



FIGURA 2 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Após a apresentação das propostas de ação, foram apresentados alguns resultados preliminares, fruto de estudos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Câmara Municipal de Cascais e pelos seus parceiros como resposta às propostas apresentadas nas sessões anteriores.

A monitorização da plataforma rochosa da área compreendida entre a praia da Bafureira e da Parede tem vindo a ser desenvolvida por técnicos da Cascais Ambiente desde Novembro de 2011. Uma primeira análise permite-nos concluir que existe uma maior riqueza específica e número de organismos no mediolitoral do que no supralitoral. Verificou-se um aumento do número de espécies desde novembro de 2011 a agosto de 2012, devido à época de recrutamento da maioria das espécies se situar na época primavera/verão. É expectável que este número volte a diminuir no próximo inverno, verificando-se um ciclo anual. Verificou-se ainda uma dependência do tipo de substrato por parte dos organismos sésseis, ao contrário dos organismos móveis. A presença de água tem também um efeito positivo no desenvolvimento da biodiversidade local. Não se verificaram diferenças a nível biológico nas amostras dentro e fora da ZIBA, o que corrobora a proposta de alargamento dos atuais limites para os da futura reserva.

Foi feita uma compilação das espécies mais capturadas pela comunidade piscatória. Estes dados foram recolhidos em várias reuniões com grupos e associações de pescadores lúdicos, comerciais, submarinos e apanhadores de espécies marinhas.

TABELA 1 – LISTA DE ESPÉCIES MAIS CAPTURADAS NA ZONA DAS AVENCAS

Nome comum	Nome científico
Salema	<i>Sarpa salpa</i>
Sargo vulgar	<i>Diplodus vulgaris</i>
Sargo legítimo	<i>Diplodus sargus</i>
Sargo do senegal	<i>Diplodus bellottii</i>
Robalo	<i>Dicentrarchus labrax</i>
Dourada	<i>Sparus aurata</i>
Polvo	<i>Octopus vulgaris</i>
Choco	<i>Sepia officinalis</i>
Lula	<i>Loligo vulgaris</i>
Peixe porco	<i>Balistes capriscus</i>
Carapau	<i>Trachurus trachurus</i>
Cavala	<i>Scomber colias</i>
Boga	<i>Boops boops</i>
Corvina	<i>Argyrosomus regius</i>
Safio	<i>Conger conger</i>
Santola	<i>Maja squinado</i>
Navalheira	<i>Necora puber</i>



Em parceria com o Programa Maré Viva, foram efetuados durante a época balnear 227 inquéritos aos veraneantes da praia das Avencas. Da análise estatística efetuada, verificou-se que os principais motivos de escolha desta praia são a proximidade do local de residência, as características terapêuticas da praia e o facto de ser uma praia abrigada. Apesar da proximidade, 71% dos inquiridos desloca-se para a praia de carro, o que congestiona as ruas da Parede, questão já anteriormente levantada na segunda sessão de participação pública. Os principais motivos que levam as pessoas a deslocarem-se na plataforma rochosa são a observação de espécies marinhas e motivos de lazer.

Relativamente à colocação de sinalética e implementação de trilhos de visitação durante a época balnear, 77% dos inquiridos encontrou placas de informa o no seu percurso e 82% afirma respeitar os trilhos existentes. De uma forma geral, a maioria dos inquiridos concorda com a coloc o da sinalética e trilhos e concorda com a informa o escrita nas placas. No entanto 33% dos inquiridos considera que deveria haver mais informa o nestas placas, facto que poderá advir da falta de informa o acerca da Zona de Interesse Biofísico das Avencas ao longo dos anos.

Também em parceria com o Programa Maré Viva, foram efetuados censos visuais para contagem do número de utilizadores da área entre a Parede e São Pedro. Estes censos foram efetuados duas vezes por dia, em diferentes horas entre as 9:00 e as 19:00, durante a época balnear e não tendo em conta a altura da maré. Comparativamente com os dados recolhidos em 2010, os pescadores continuam a preferir a área de rocha e os veraneantes as zonas com areia, devido às atividades específicas de cada grupo. Em 2012, verificou-se uma maior densidade de pescadores e veraneantes nas zonas fora da ZIBA. J  em 2010 os veraneantes preferiam as zonas fora da ZIBA, enquanto que os pescadores se encontravam distribuídos por toda a  rea. Esta altera o poderá estar relacionada com o aumento de informa o e sinaliza o.

Relativamente ao período do dia, os pescadores utilizam a área durante a manhã e tarde, facto que se verificava já em 2010. Para o grupo dos veraneantes verificou-se uma altera o relativamente a estes dados. Em 2010 os veraneantes distribuíam-se entre manhã e tarde, enquanto que em 2012 a afluência de veraneantes foi superior no período da tarde. Estes dados são ainda muito preliminares, uma vez que não se avaliou ainda o período da noite,



FIGURA 3 – CENSOS VISUAIS FEITOS PELOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MARÉ VIVA

Em relação à qualidade das águas balneares, não se verificaram análises negativas em 2012 nem nos anos anteriores, o que conferiu às praias das Avencas, Parede e São Pedro o galardão de Bandeira Azul. Foram ainda apresentados os locais de saídas de águas pluviais identificadas pela Câmara Municipal de Cascais. O trabalho que está a ser desenvolvido nesta área é feito ao longo do ano e é um trabalho contínuo de melhoramento na zona costeira do município.

Em relação à higienização das areias, questão levantada na primeira sessão de participação a 4 de Maio de 2012, esta realiza-se semanalmente com um produto à base de lodo na diluição de 1:100 em cada litro por m<sup>2</sup> de areia. Após a aplicação é efetuada a monitorização microbiológica das areias, bem como a determinação do iodo residual nos areais após o tratamento. Finalmente, e de acordo com os valores de iodo residual, é feita a adequação da concentração de produto aplicada.



FIGURA 4 – PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO DE AREIAS BALNEARES

O Eng.º Fernando Pais, da empresa municipal Cascais Próxima, apresentou resumidamente o estudo que está a ser efetuado pelo município em relação à iluminação na orla costeira. Referiu que os holofotes colocados na zona entre a Parede e São Pedro do Estoril irão ser reajustados para que os seus focos não incidam diretamente na linha de costa, tentando

compatibilizar a segurança das populações com a preservação da biodiversidade existente no local, não havendo no entanto uma data prevista para esta alteração.

#### 4. Sessão de perguntas ao painel

À apresentação por parte da Cascais Ambiente seguiu-se uma sessão de perguntas dirigidas ao painel, constituído por:

- Agência Portuguesa de Ambiente (Eng.ª Margarida Nunes e Dr. Celso Pinto)
- Capitania do Porto de Cascais (Comandante Dario Moreira)
- Cascais Ambiente (Dra. Ana Margarida Ferreira)
- Cascais Próxima (Eng.º Fernando Pais)
- Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Cascais (Dr. Nunes Carvalho)
- Junta de Freguesia da Parede (Dra. Odete Abrantes)
- Polícia Marítima (Chefe Olímpio Ferreira)
- Proteção Civil (Eng.º Carlos Estribeira)

Seguem-se as questões/comentários dos participantes:

- ▶ Há alguma intervenção prevista a nível das arribas para o muralha que se encontra a ruir a oeste da praia das Avencas?
- ▶ É essencial reconstruir o pontão que existia na Bafureira. A falta deste pontão fez com que o areal diminuísse, contribuindo para a degradação da arriba devido à ação do mar.
- ▶ A Zona de Interesse Biofísico das Avencas já existe há 14 anos e não produziu efeitos positivos a nível da biodiversidade. Então porquê alargar a área de proteção?
- ▶ Será dada alguma resposta às propostas apresentadas nas sessões de participação pública?
- ▶ Dentro da nova reserva será permitida a pesca, mesmo com condicionantes? Ou será totalmente proibida?
- ▶ Os pescadores concordam com os condicionalismos à pesca, nomeadamente a criação de épocas de defeso, mas não com a sua interdição total.
- ▶ Cada vez são atribuídas menos licenças de pesca lúdica. Onde é que os pescadores vão pescar se lhes retirarem mais esta área?
- ▶ A Polícia Marítima poderia atuar como um agente de sensibilização e não apenas como agente fiscalizador.

- ▶ Batimétrica dos 15m é excessiva e põe em perigo os pescadores, que não conseguem regressar a terra em caso de emergência.
- ▶ Se as áreas de interesse se encontram no intertidal, qual a justificação para a batimétrica dos 15m como limite da reserva?
- ▶ Na revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela – São Julião da Barra vão prever alguma coisa em relação às recargas de areias nas praias?
- ▶ A pesca à rede (pesca comercial) destrói tudo, a submarina é amiga do ambiente.
- ▶ Propomos mais sensibilização e fiscalização.
- ▶ Qual o orçamento previsto para a criação da Reserva? Quanto deste orçamento é para divulgação e quanto para obras estruturais?
- ▶ Proposta: reduzir a iluminação do litoral para 1/3 do que existe atualmente para reduzir custos e utilizar o montante poupado na criação da Reserva.
- ▶ Os trilhos colocados nesta época balnear estão concluídos? Os trilhos não dão acesso à água.

Após esta sessão de perguntas, alguns participantes deixaram propostas por escrito, que são apresentadas em anexo neste relatório.



FIGURA 5 – SESSÃO DE PERGUNTAS AO PAINEL

## 5. Intervenção das entidades convidadas

Após a intervenção dos participantes, foi a vez das entidades presentes se pronunciarem sobre as questões levantadas durante a sessão.

O Comandante da Capitania do Porto de Cascais, Dario Moreira, realçou a necessidade de entendimento entre as comunidades envolvidas neste processo, nomeadamente no sentido de compatibilizar todos os usos identificados na zona. Relativamente à questão dos agentes da Polícia Marítima agirem como agentes de sensibilização, o comandante alerta que a função destes agentes é a de fazer cumprir a lei e de responsabilizar quem não a cumpre.

Relativamente às questões levantadas durante a sessão no que diz respeito às arribas, o Eng.º Carlos Estribeira, representante da Proteção Civil, pediu a colaboração de todos para que alertem as autoridades competentes sempre que detetem alguma anomalia, nomeadamente partes da arriba que pareçam estar em perigo de ruir ou destruição da sinalética colocada durante esta época balnear. Realçou ainda que a função da Proteção Civil é a de garantir a segurança das pessoas e que estão a ser feitos estudos ao nível das arribas para garantir essa mesma segurança.

Da parte da Agência Portuguesa do Ambiente (ex-ARH Tejo), a Eng.ª Margarida Nunes referiu a complexidade de gestão da orla costeira, dado ser uma zona de conflito de usos. Realçou ainda que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e todas as outras entidades envolvidas neste processo terão em conta as propostas apresentadas durante este processo de participação pública, nomeadamente no que diz respeito à reconstrução de pontões e reposição de areias. Serão efetuados estudos para cada um dos casos propostos e avaliar-se-á a viabilidade e impactos de cada uma das propostas.

O Dr. Celso Pinto, também da APA, elucidou os participantes acerca das obras de requalificação da praia da Bafureira, interdita durante esta época balnear por questões de segurança. Referiu que as obras de requalificação, que consistirão no reforço do muro oeste da praia da Bafureira através da colocação de microestacas, estão previstas para breve e deverão estar concluídas até ao final do presente ano. Relativamente à reconstrução dos pontões, e caso se considere necessária, a APA irá tentar candidatar-se a financiamento externo, dado serem obras de alguma dimensão e que não estavam previstas. Relativamente à reposição de areias nas praias, o técnico da APA refere que esse tipo de processos são sempre altamente estudados e monitorizados ao longo do tempo para evitar catástrofes ambientais.

Em resposta às questões levantadas pelos participantes, a Dr. Ana Margarida Ferreira, representante da Cascais Ambiente, referiu que os conditionalismos que irão ser

implementados a nível da pesca ainda não estão definidos e que estas sessões de participação servem precisamente para auscultar a comunidade piscatória, no sentido de encontrar soluções benéficas para todos, esclarecendo que a criação da RNMLA não está em causa. Relativamente à batimétrica dos 15m, explicou a importância do interface entre rocha e areia para abrigo das espécies e zona de nursery. Relativamente à utilização dos trilhos estabelecidos, esclareceu que esta não é obrigatória, apenas recomendada e que estes trilhos irão servir de teste para um eventual aumento dos mesmos.

A finalizar a sessão, o Dr. Nunes Carvalho, Diretor Municipal do pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Cascais felicitou todos os presentes pelas suas propostas, referindo a sua importância para a CMC. Realçou a preocupação da autarquia em ouvir os seus munícipes para tentar encontrar soluções que melhor sirvam a população e que vão de encontro às expectativas de todos os interessados.



FIGURA 6 – INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES CONVIDADAS

## 6. Considerações finais

A terceira e última sessão de participação pública no âmbito da criação da Reserva Natural Marinha Local das Avencas decorreu com um intenso e ativo envolvimento dos intervenientes, quer por parte da comunidade piscatória, quer pelos moradores e outros utilizadores da área. Por ser a terceira sessão de participação pública, e alguns dos participantes terem já apresentado as suas propostas em sessões anteriores, verificou-se alguma incompreensão acerca dos seus objetivos. De facto, o objetivo desta sessão não era o de apresentação do regulamento da Reserva, que apenas será elaborado findo o período de consulta pública, mas pretendeu confrontar opiniões de diferentes grupos de utilizadores, na tentativa de compatibilizar usos.

De notar novamente a ausência de representantes da pesca comercial, empresas de turismo da natureza, associações de desportos náuticos e da maioria dos concessionários de praia (apenas o concessionário do Bar das Avencas esteve presente na sessão).

Após esta última sessão de participação, todas as propostas apresentadas serão avaliadas por técnicos da Câmara Municipal de Cascais e Cascais Ambiente, das áreas respetivas e pelas entidades presentes na sessão, de forma a dar seguimento a cada uma das questões apresentadas.

O presente relatório será enviado às entidades presentes na sessão, que colaborarão com a Câmara Municipal de Cascais e com a Cascais Ambiente na concretização dos objetivos da Reserva.

O relatório ficará ainda disponível para consulta e/ou *download* nos seguintes locais:

- *site* da Câmara Municipal de Cascais
- Junta de Freguesia da Parede

Todos os participantes serão contactados para que tomem conhecimento dos locais de consulta do presente relatório.

O processo de consulta pública continuará até ao dia 21 de Janeiro de 2013, cumprindo o período de 270 dias definido em reunião de Câmara no dia 20 de Fevereiro de 2012. Durante este período os interessados, nomeadamente pessoas que não tiveram oportunidade de participar nas sessões ou que participaram e não tiveram oportunidade de dar todos os seus contributos, poderão continuar a entregar as suas propostas e sugestões, através do endereço de e-mail: [atendimento.municipal@cm-cascais.pt](mailto:atendimento.municipal@cm-cascais.pt).

Findo o prazo de participação pública será elaborada uma proposta de regulamento, em conjunto com as entidades intervenientes na área (*stakeholders*), que incluirá os contributos da população e pescadores, que têm vindo a ser recolhidos, que tenham cabimento técnico e jurídico. Esta proposta de regulamento terá um período de discussão pública (a definir), que será publicitado em Diário da República. Todos os participantes nas três sessões que tenham deixado o seu contato serão informados aquando da apresentação do regulamento para que se possam pronunciar sobre o mesmo.



## 7. Anexos

### 7.1. Panfleto de divulgação das sessões de participação





## Zona de Interesse Biofísico das Avencas 1.ª Reserva Natural Marinha de Portugal

### Sessões de Participação Pública Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal

A zona entre marés da praia das Avencas é um local privilegiado pela sua elevada biodiversidade, tanto a nível terrestre como marinho. No entanto, ameaças como a poluição, a alteração das condições ambientais, o constante pisoteio e a pesca ilegal levaram a Câmara Municipal de Cascais a propor a elevação da classificação desta zona a "Reserva Natural Marinha Local".

Deste modo esta zona será preservada através da implementação de medidas de gestão para controlar os impactes da atividade balnear e da pesca.

**O seu contributo é importante, participe!**

.....

**4 de Maio** - Sessão de participação aberta aos Pescadores locais  
**7 de Setembro** - Sessão de participação aberta aos Moradores, Veraneantes e Desportistas  
**12 de Outubro** - Sessão de participação aberta à população em geral

**Local:** Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal  
**Horas:** 18:00 - 20:00

[www.cm-cascais.pt](http://www.cm-cascais.pt)



## 7.2. Lista de participantes

NOME	ACTIVIDADE
Ana Paula Araújo	Aluna de mestrado
Quintino Aguiar	Pescador lúdico
Miguel Correia	Pescador lúdico
Vítor Gomes	Pescador lúdico
Paula Simões	Veraneante
António Ramos	concessionário Bar das Avencas
Filipe Correia	pescador
Diogo Tojo	surfista
Orlando Luís	Veraneante
Manuel Roman Aponte	GUSU (paddle surf)
Mário Lisboa	morador
Cláudia Rosado	Quercus
José Carlos Martins	morador
Ana Pego	NMSP
Miguel Lacerda	morador
Frederico Silva	Pescador submarino
Francisco Paulo	Pescador
Miguel Abreu	Pescador
Ana Sofia Miranda	morador
Inês Tojeira	morador
Frederico Almada	morador/ISPA
Pedro Bragança	morador/mergulhador
Vítor Carranquinha	morador/pescador
Álvaro Correia	comerciante/veraneante
Pedro Aranda	morador/NSMP
Carlos Lisboa	veraneante
José Carlos Ferreira	FCT
André Mascarenhas	FCT
Ana Braga	morador
Duarte Braga	morador
Vítor Pinheiro	Pescador lúdico (Pescayak)

### 7.3. Propostas apresentadas por José Carlos Martins

QUESTÃO	PROPOSTA
ELEMENTOS POSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA	– Todas as ideias são positivas, no entanto algumas deveriam ser reestruturadas
ELEMENTOS NEGATIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA	– Para a segurança das pequenas embarcações, propõe-se que se diminua para metade a batimétrica dos 15m
IDEIAS PARA AJUDAR A CONCRETIZAR OS OBJETIVOS DA RESERVA	– Para ajudar a orçamentar algumas obras, propõe-se que se reduza a brutal iluminação para 1/3 e durante as 12h por noite vão-se poupar com certeza milhares de euros que poderiam ser reencaminhados para projetos de retenção de areias nas praias.
DE QUE FORMA PODE A POPULAÇÃO COLABORAR NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA RESERVA?	_____

## 7.4. Propostas apresentadas por Miguel Lacerda

26 Outubro 2012

### ***Opinião de Miguel Lacerda sobre a escolha do local RESERVA MARINHA DAS AVENCAS***

Exmos. Senhores,

Tendo eu algum conhecimento sobre o Mar de Cascais e estando consciente e atualizado sobre a situação dos seus recursos marinhos, leva-me a felicitar o empenho e a preocupação da Câmara Municipal em Cascais em criar uma zona de reserva marinha na costa Cascalense. Uma forma de salvaguardar e garantir a proliferação e desenvolvimento da sua biodiversidade, criando assim condições de expansão e enriquecimento dos seus recursos a outras zonas.

Não é por acaso que há muitos anos a esta parte, venho a manifestar um alerta nesse sentido e reforçar a ideia de se tomarem medidas eficazes de minimizar e controlar os excessos e impactes negativos que o homem tem vindo a cometer ao longo dos anos, não só diretamente como indiretamente.

Recordo, que em 2009 apresentei uma ideia à agência municipal Cascais Atlântico, no sentido de se estudar a hipótese para a criação de uma reserva marinha no mar de Cascais, que intitulei na altura “Reserva Marinha D. Carlos I”, compreendia entre o farol de Santa Marta e o farol da Guia. Resultou em duas reuniões e nada mais, mas demonstrou a minha total concordância em criar-se uma reserva no mar de Cascais.

Já na altura falou-se também que as Avencas seria um potencial local para se criar uma reserva marinha ou uma zona de interesse biofísico.

Discordei de imediato apresentando os mesmos argumentos que mantive até ao dia de hoje, pois continuando a analisar este local com alguma assiduidade, mais motivos tenho para estar convicto do que afirmei na altura.

O assunto avançou, ignoraram por completo os argumentos que proferi na altura e segundo fui informado foi aprovado pelo município a criação da reserva marinha no Mar de Cascais na zona das Avencas.

Reconheço que não sou formado, sou um simples autodidata, mas a experiência que tenho de mar, das coisas da natureza e de lidar com este meio durante mais de quatro décadas levam-me a ter algum “know how” e de me sentir à vontade e no direito de (no mínimo) fazer mostrar o meu descontentamento e desacordo por escrito por forma mais tarde o poder utilizar como prova da asneira cometida.

Curiosamente tenho sido abordado para comentar (verbalmente e por escrito) o que acho sobre a reserva marinha das Avencas (estranho perguntarem a mim, um autodidata), mas

também tenho falado com algumas pessoas idóneas (em biologia e assuntos do mar) que partilham da minha opinião.

Não avancei com um artigo sobre o que pensava da reserva, por respeito a quem me tem apoiado e colaborado noutras projectos.

Porque sou de Cascais, porque amo o mar de Cascais, porque me preocupo com o mar de Cascais (à mais de 40 anos, não é de ontem) não posso ficar indiferente a uma questão que pode ser tão importante e determinante para o futuro deste meio e para a nossa subsistência.

Antes de descrever ponto por ponto as razões porque descordo da reserva no local das Avencas, faço uma pequeno análise ou enquadramento do mar de Cascais e das Avencas de maneira a ajudar a entender as minhas afirmações.

- O mar de Cascais abrange uma extensa área que vai de S. Julião da Barra (Carcavelos) até à praia do Abano (Guincho) cerca de 20 km de litoral.

Trata-se de um extenso litoral com características muito distintas, variando entre as zonas mais acidentadas e recortadas de maciços rochosos, lagões de pedra a zonas de grandes extensões de areia. No que se refere a toda a área submersa a grande predominância são os fundos móveis (de areia), tendo no entanto algumas zonas bem identificadas de fundos rochosos.

As particularidades que definem bem a costa de Cascais é o facto de estar inserida numa espécie de baía entre o Cabo da Roca e o Cabo Espichel onde a plataforma continental tem muito pouco desnível (pouca profundidade) e por estar na embocadura do maior rio da Península Ibérica, o Tejo.

Desta forma podemos dividir o litoral de Cascais em duas zonas distintas e com características muito peculiares. Toda a costa que sofre diretamente os efeitos do caudal do rio Tejo e a restante costa mais exposta ao mar aberto.

Localizando as Avencas, está exatamente no início da costa que mais “sofre diretamente os efeitos do caudal do rio Tejo”, situação que tem vindo a ser responsável pela sua degradação.

Os milhões de litros de água que correm para jusante do rio, trazem consigo, sedimentos, organismos vegetais, inúmeros elementos poluentes, fertilizantes, pesticidas etc. provenientes da agricultura que com as águas pluviais se misturam com as águas do rio. Também os metais pesados das decapagens, das pinturas, restauros e manutenção de navios e embarcações provenientes dos vários estaleiros fixos nas margens do rio, ocorrem com muita frequência e demonstram por vezes índices elevados de poluição. Basta observar o estado das margens do rio, o cheiro e a imundice que ali ocorre. Para não falar de descargas pontuais de fábricas e mesmo de esgotos que conseguem passar despercebidas às autoridades.

Quando os ventos predominam dos quadrantes leste e sul, as Avencas são o primeiro “piadeiro” de toda esta porcaria.

### ***Razões pela qual não concordo com a zona escolhida “Avencas”***

1º. Não existe nenhum estudo científico que garanta a zona das Avencas como sendo o local ideal para a criação de uma reserva marinha no mar de Cascais.

Existe sim um estudo pontual e local das Avencas onde foi determinada uma zona rica de interesse biofísico. Informo que as espécies ali existentes e citadas podem ser encontradas em qualquer local com características semelhantes (mesmo em zona mais poluídas).

Se a comunidade científica tiver o cuidado de estudar com o mesmo rigor outros locais no mar de Cascais os resultados serão idênticos ou melhores. O Mar de Cascais é rico em biodiversidade, tem cerca de 20 km de costa mas nunca foi alvo de um estudo sério e intenso com o intuito de se fazer uma Reserva marinha. Um estudo assíduo, persistente e empenhado (não pontual ou esporádico) e que analise os prós e contras, as características específicas de cada zona, a fauna, a flora e a viabilidade de sucesso para uma reserva, um defeso, uma zona de proteção, um santuário...etc.

2º. A localização das Avencas, tendo em conta a vasta área do mar de Cascais é a menos apropriada.

As Avencas devido a sua proximidade da embocadura do tejo, é das zonas que mais sofre com os dejetos provenientes do rio quando os ventos predominam dos quadrantes leste e sul. Também a proximidade do fundeadouro dos grandes navios que aguardam cais para carga ou descarga em Lisboa, ou simplesmente melhor tempo para rumarem a norte, continuam ilegalmente a proceder a lavagens dos seus tanques, dejetando resíduos poluentes e detergentes altamente corrosivos que se arrastam até à costa.

3º. As características das Avencas, fundos muito baixos e rochas pouco acidentadas não garantem condições de defeso e resguardo para a regeneração e proliferação de muitas espécies de organismos marinhos.

Mergulhando ou analisando uma carta hidrográfica, não é difícil perceber a estrutura rochosa e o tipo de fundo de toda esta área. Falamos de fundos muito baixos de fácil assoreamento com maciços rochosos formando lajes rasgadas com fendas pouco definidas. Uma zona que quando exposta a ventos provenientes do mar, toda ela fica sob o efeito de rebentação das ondas, delimitando muito o tipo de organismos que ali conseguem permanecer (muito poucos).

A falta de rocha na zona infralitoral (onde predominam os fundos móveis) não cria hábitos sedentários às várias espécies que ali possam ocorrer.

4º. As Avencas têm sofrido grandes alterações de empobrecimento dos anos 70 a esta parte, não mostrando qualquer evolução positiva.

Outrora uma zona muito rica em flora e fauna marinha e famosa pelos tratamentos devido à abundância de iodo nas águas, onde a espécie como a *Gelidium sesquipedale* predominavam e revestiam todo o fundo, hoje, e sem sofrer os flagelos que ocorreram por toda a costa portuguesa (com a apanha profissional das algas), as rochas nas Avencas são pobres e nuas. O facto de não existirem algumas espécies de algas (como a citada) em detrimento de outras só por si determina a salubridade desse local.

Determinadas espécies de algas como a *Gelidium* são pontos de eleição para as posturas de ovos de muitas espécies de organismos marinhos. As Avencas é um mar de rocha despida!

5º. A área que compreende as Avencas e a Bafureira sendo uma área extremamente densa em rocha só abrange as zonas supralitoral (zona de influência marítima) e mediolitoral (zona das marés), é sempre uma área de risco.

Sendo que mais de 90% de todo o maciço rochoso desta área fica exposta a quando a baixa-mar, trata-se de uma zona permanentemente em risco, não só por uma eventual maré negra, como por todos os dejetos que com as várias marés ali se vão depositando e degradando com exposição solar, com o rebentar das ondas etc... Criar uma reserva num local sem uma zona infralitoral significativa é um erro crasso, o que é o caso!

6º. Criar uma reserva num local errado, com grandes probabilidades de insucesso em detrimento de se criar uma reserva num local apropriado e com garante de sucesso não faz qualquer sentido.

Conhecendo minimamente o fundo do mar de Cascais, com um simples processo de exclusão de partes, utilizando parâmetros básicos e sustentáveis para o bom funcionamento de uma reserva não é difícil chegar a uma conclusão de quais os locais com potencialidade.

A conjuntura económica do país não permite fazer experiências nem brincar às reservas. É urgente fazer-se uma reserva em Cascais, isto é claro!

Criar-se uma reserva num local errado, vai servir futuramente como argumento que o facto de se ter feito uma reserva não contribuiu para nada.

Concentrar todos os esforços, meios, atenções, verbas etc. numa reserva errada vai dificultar ou tirar capacidade de manobra de poder agir em outros locais, prejudicando assim o mar de Cascais.

Os pescadores são pessoas que dependem diretamente do mar e à partida se virem resultados a curto prazo entendem o valor e o contexto de uma reserva, se isso não acontecer, muito dificilmente os conseguimos convencer do contrário, falhar num processo destes e dar-lhes argumentos contra nós e contra o nosso mar.

Ocorre frequentemente em catástrofes, guerras, epidemias, naufrágios, acidentes etc. ocasiões difíceis, onde se têm que tomar medidas e decisões drásticas e seletivas quando o objetivo é a sobrevivência.

Quando se fala em salvar ou proteger espécies ou locais é exatamente a mesma coisa. Devemos começar pelos locais onde seja indiscutível o garante da sobrevivência, da proliferação, do desenvolvimento e da expansão dos organismos (e não o contrário).

Não sou o dono da razão e assumo poder errar em alguns pontos de vista sobre esta matéria, no entanto, não podia deixar de mostrar o que penso sobre a escolha das Avencas como reserva marinha no mar de Cascais e afirmar uma vez mais que existem locais no mar de Cascais com muitas mais potencialidades para se criar uma reserva do que as Avencas.

Miguel Lacerda

7.5. Propostas da Peskayak e da Comissão de Pesca Lúdica e  
Desportiva do Concelho de Cascais





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA EM CAIAQUE

**Assunto:** ALARGAMENTO DA RESERVA DAS AVENCAS

A Associação Pescayak representa cerca de 70 pescadores lúdicos e praticantes de pesca em Kayak.

A Associação é contra o alargamento da Reserva das Avencas, sendo os principais motivos a tomar esta posição os seguintes:

**Protecção Ambiente e recursos piscícolas**

- > Os kayaks, enquanto embarcação de pesca, têm um impacto ínfimo no ambiente, os materiais que os compõem são totalmente recicláveis.
- > O número de Kayaks que pescam regularmente na área de Carcavelos, Parede e Oeiras ascende de acordo com as nossas estimativas a 50 embarcações.
- > O número de dias de pesca efectiva é reduzido estando fortemente condicionada pelas condições climatéricas e estado do mar.
- > A Pesca lúdica praticada de acordo com a legislação em vigor tem um impacto reduzido nos stocks piscícolas. A legislação restringe as técnicas, espécies, dimensões e quantidades diárias capturadas.
- > A protecção dos recursos piscícolas deve ser feita sobretudo com uma fiscalização efectiva e regular da pesca lúdica e profissional.

**Segurança**

- > O alargamento proposto da Reserva  **aumenta significativamente o risco de acidentes em Kayak**, ao estabelecer a batimétrica de 15m vai obrigar os praticantes, a pescarem em zonas mais afastadas da costa, onde os efeitos das correntes, ventos e ondulação se fazem sentir com maior intensidade.
- > Em caso de alterações repentinas e imprevistas das condições climatéricas o tempo necessário para chegarem a um porto de abrigo ou praia irá aumentar significativamente.

**Económicos**

- > A maioria dos cerca de 50 dos pescadores de kayak utiliza a marina de Oeiras para parqueação e manobra da embarcação, sendo que o aumento das restrições irá reduzir a sua utilização e consequentemente as suas receitas.
- > Muitos dos praticantes deslocam-se dos concelhos limítrofes. Com o alargamento em discussão, o número de deslocações irá reduzir-se sendo afectados sectores como a restauração, comércio de materiais de pesca, kayak e respectivos acessórios.

Agradecemos desde já a atenção dispensada esperando que seja possível equacionar alternativas para as dificuldades existentes. Para tal estamos disponíveis no que nos for possível.

12 de Outubro 2012  
Cumprimentos,

PESKAYAK

# Análise da situação actual da zona de interesse biofísico das Avencas e da proposta de condicionalismos à pesca lúdica sugerida pela Comissão de Pesca Lúdica de Cascais

*Miguel Lourenço*

Data: 15/09/2012

**RESUMO:** Neste texto será feita a identificação dos factores que contribuíram nos últimos anos para a acentuada diminuição da biodiversidade da zona das Avencas, demonstrando que essa acentuada diminuição não está relacionada com a pesca lúdica. De seguida, serão analisados os efeitos negativos do actual modelo de proibições em vigor na ZIBA e da sua possível implantação na RNLZIBA. Por fim, serão analisadas as medidas de mitigação sugeridas na proposta de condicionalismos à pesca lúdica no interior da ZIBA e RNLZIBA, indicando o seu contributo positivo na comunidade e na preservação dos recursos naturais e conservação da zona.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, desde a criação da ZIBA, tem-se vindo a verificar uma diminuição da biodiversidade na zona entre marés. Vários foram os factores responsáveis, alguns deles de difícil controlo tais como a poluição e o excesso de carga humana durante a época balnear, enquanto outros foram resultantes de decisões erradas tomadas no plano de ordenamento da orla costeira. Vemos este projecto proposto pela Agência Cascais Atlântico como uma oportunidade de corrigir os erros do passado e de educar e sensibilizar a população para que todos possam contribuir para a preservação dos recursos naturais. No entanto, é de opinião consensual que a solução não passa por criar conflitos impedindo a população de usufruir do espaço e recursos naturais, mas sim por condicionar e permitir a sua utilização de modo sustentável, onde neste caso toda a população poderia contribuir de forma positiva.

## 2 PRINCIPAIS FACTORES DE IMPACTO

Desde o ano de 1998, ano de criação da ZIBA, foram vários os factores com impacto no seu interior, dos quais referimos os principais:

1. Poluição (rio Tejo e ribeiras locais, estrada N6 Marginal, navios, águas pluviais contaminadas, esgotos clandestinos)
2. Época Balnear
3. Recargas artificiais de areia nas praias vizinhas
4. Iluminação excessiva
5. Pesca ilegal
6. Destruição das estruturas de retenção das areias e erosão das arribas

No que diz respeito à época balnear, salienta-se a alteração dos métodos utilizados na limpeza das

praias, e o aumento que a carga humana no interior da praia das Avencas sofreu nos últimos anos, fruto por exemplo da sua maior promoção pela atribuição da bandeira azul e de medidas tomadas tal como o aumento do período da época balnear. Os impactos da época balnear não serão aqui analisados uma vez que já existe uma vasta informação contida nos relatórios da Agência Cascais Atlântico.

Existem no entanto 2 factores, nomeadamente as recargas de areia e a iluminação excessiva, cujos impactos não foram inicialmente analisados pela Agência Cascais Atlântico, e que consideramos serem fundamentais para se perceber o porquê da acentuada diminuição da biodiversidade, não só na ZIBA como também de toda a costa entre Cascais e o forte de S. Julião da Barra.

Em Green (2002), podem-se encontrar vários impactos negativos relacionados com as recargas artificiais de areia nas praias, de onde se destacam:

- Mortalidade directa por enterramento
- Habitat degradado (diminuição dos locais de abrigo e de desova, diminuição da oferta de alimento, aumento da mortalidade por predação e consequentemente diminuição das taxas de sobrevivência)
- Alteração das populações de peixes devido às alterações do habitat
- Alteração do tipo de sedimento (Alteração da dinâmica padrão da zona intertidal, impactos directos sobre a fauna e flora locais)

A mortalidade directa por enterramento é o impacto mais fácil de identificar e quantificar, no entanto, não é necessariamente o impacto mais gravoso e de maior duração. Por exemplo, é também referido em Green (2002) que alguns estudos indicam que as características dos sedimentos utilizados nas recargas e as alterações geomorfológicas têm uma maior influência na taxa de recuperação dos invertebrados do que a mortalidade directa por enterramento.

Para a iluminação artificial, em Rich e Longcore (2006) são referidos por exemplo os seguintes impactos no ecossistema:

- Mortalidade directa (associada à desorientação provocada pelas luzes, ou à degradação das condições de sobrevivência)
- Alteração dos comportamentos reprodutivos
- Migração
- Alteração das interações entre as espécies (hábitos alimentares e interação entre predador e presa)

Todos estes impactos são válidos tanto para o ecossistema marinho como terrestre, originando uma redução da densidade populacional das espécies, e podendo mesmo levar à extinção de algumas. Do ponto de vista económico e social, a iluminação excessiva representa ainda um desperdício energético e monetário, bem como diminui a visão do céu durante a noite. Importa referir que iluminação excessiva pode ainda amplificar os impactos negativos dos restantes factores como por exemplo os da poluição.

### 3 A PESCA E AS PROIBIÇÕES

O regime em vigor da proibição da pesca no interior da ZIBA foi muito discutido na sua criação, e já nessa altura ficou provado em reunião com um conjunto de biólogos associados à criação da ZIBA, que a pesca lúdica, mais concretamente a de cana ou a pesca submarina, apesar de na época ainda não existirem limites de captura diários, não eram actividades que colocavam em risco a sustentabilidade da ZIBA. No entanto, devido à falta de diálogo e sensibilidade por parte do INAG e dos dirigentes políticos da época, a pesca lúdica acabou mesmo por ser proibida injustamente. É bom lembrar que não estamos aqui a falar de pesca profissional mas sim de pesca lúdica pois o impacto de cada uma nos recursos naturais é completamente diferente.

Para além de uma proibição de pescar, nada mais se fez para proteger o ecossistema da ZIBA e os anos passaram e o tempo deu-nos razão. A ZIBA sofreu o mesmo grau de degradação e de diminuição da biodiversidade que as restantes zonas desta costa, sendo que grande parte das espécies que têm vindo a desaparecer nem sequer são alvo de apanha por parte de alguma pesca ilegal que por vezes lá se verifica. É bom lembrar que a pesca lúdica sempre existiu nesta zona antes da criação da ZIBA sem provocar tais diminuições da biodiversidade, e que pela forma súbita com que estas diminuições ocorreram, logo após das intervenções que foram realizadas em toda a nossa costa, temos toda a convicção de que a pesca lúdica não pode de forma alguma responsabilizada,

o que iria suceder caso ficasse também proibida de se praticar na futura RNLZIBA.

A proibição de pescar nestas zonas propostas ao alargamento da ZIBA, em conjunto com as proibições que já existem nesta costa entre Cascais e o forte de S. Julião da Barra, fariam com que cerca de 40% da costa fosse proibido pescar todo o ano, valor que sobe para cerca de 70% durante época balnear. A juntar a isto temos ainda que grande parte das zonas do concelho que ainda são permitidas durante todo o ano são zonas com acessos condicionados ou zonas perigosas devido à erosão das arribas (Zona entre S. João e S. Pedro), pela própria natureza acidentada do terreno (zona da Boca do Inferno e Guia), ou ainda pelas fortes correntes (Carcavelos) e agitação marítima (costa a norte do Cabo Raso). A zona da RNLZIBA é uma zona que podemos considerar bastante mais segura do que as restantes do concelho, não só pela menor agitação marítima comparativamente à costa norte, como também pelo terreno pouco acidentado e águas de baixa profundidade e de correntes mais fracas.

A proibição da pesca na RNLZIBA seria negativa para todos os pescadores locais bem como a própria economia pelos seguintes aspectos:

1. Diminuição da segurança dos praticantes, em particular dos mais idosos, com dificuldades motoras e dos praticantes de pesca submarina.
2. Os pescadores locais pagam uma licença de pesca todos os anos e são impedidos de pescar na sua zona de residência, penalizando-se mais quem não tem meio de transporte próprio ou apresenta dificuldades financeiras para se deslocar para outros locais.
3. Diminuição das licenças de pesca emitidas.
4. Penalização de toda a actividade comercial local associada à pesca (lojas e importadores de material de pesca desportiva e pesca submarina).
5. O carácter cultural da pesca no concelho de Cascais, e a sua tradição que nos tempos recentes se tem vindo a perder, poderá ter impacto negativo no turismo local.

### 4 A PROPOSTA DE CONDICIONALISMOS À PESCA LÚDICA

Para fazer face aos eventuais impactos da pesca lúdica foram propostas um conjunto de medidas de fácil implementação que os permitem minimizar. Tentamos também ir mais longe e tornar a

permissão da pesca condicionada num benefício acrescido, tanto para a comunidade como para própria ZIBA. Desta forma apenas se tem a ganhar e nada a perder relativamente à proibição total da pesca que se tem actualmente e cujos resultados nunca foram visíveis ao longo destes anos todos.

Existem três medidas fundamentais, nomeadamente a proibição da captura de todas as espécies residentes, o aumento dos tamanhos mínimos de captura para as espécies migratórias, e a limitação das artes de pesca. Em nosso entender, são de fácil cumprimento por parte dos praticantes, e que por si só podiam permitir a pesca lúdica no interior da RNLZIBA. Isto porque para além de se conseguir diminuir e seleccionar as capturas, e diminuir a poluição associada à pesca lúdica de cana, também iríamos proteger as espécies residentes, que são essas as que realmente serão beneficiadas pela criação da reserva natural. Dada a dimensão reduzida da RNLZIBA, a protecção que esta iria trazer para as espécies migratórias seria muito pouca uma vez que um exemplar destes muito facilmente hoje se encontra no interior da ZIBA, como amanhã fora dela e pode ser legalmente capturado. Sendo assim a sua captura dentro ou fora da ZIBA é pouco relevante.

A interdição da pesca em 1 dia da semana tem como objectivos principais a diminuição do pisoteio associado à pesca lúdica mas também proteger as espécies migratórias durante os seus períodos de desova, apesar de sabermos que a ZIBA não é uma zona preferencial para a desova da maioria destas espécies. Existem ainda outras medidas muito importantes, das quais destacamos as de carácter educacional e de sensibilização, nomeadamente a criação de um documento de porte obrigatório pelo pescador com a informação das regras a respeitar, a realização de acções de limpeza na RNLZIBA e a obrigatoriedade de retirar a vida aos exemplares imediatamente após a sua captura, de forma a evitar que este tenha uma morte lenta e em sofrimento.

## 5 CONCLUSÕES

Não só o ecossistema da nossa costa, bem como a própria pesca lúdica, têm sido altamente penalizadas pelas intervenções que aqui se têm efectuado nos últimos anos. É absolutamente fundamental que se encontrem medidas para efectivamente preservar os recursos naturais e conservar a zona, para que as gerações futuras possam usufruir do mesmo que as gerações passadas. Essas medidas passam pela educação e sensibilização de todos os utilizadores deste espaço mas também necessárias alterações ao POOC e a realização de estudos de impacto ambiental em

todas as intervenções relevantes que se pretendam efectuar nesta costa, para que os erros do passado não se voltem a repetir.

O conjunto de condicionalismos propostos juntamente com os limites de captura diários que já existem na legislação permitem minimizar os eventuais impactos negativos da pesca lúdica, tornando-a claramente com menor impacto sobre a zona do que outras actividades que aqui se praticam e vão continuar a praticar como é o caso da época balnear. No caso particular da pesca submarina, único tipo de pesca totalmente selectivo e não poluente, até será uma das actividades com menor impacto sobre as espécies residentes, menor até do que o surf, uma vez que o número de praticantes é bem mais reduzido. Seria portanto inaceitável e altamente discriminatório que se permita a prática de outras actividades com maior impacto negativo na futura RNLZIBA e se proíba a pesca lúdica condicionada só porque a pesca já estava anteriormente (injustamente) proibida na ZIBA.

Espera-se com a permissão da pesca lúdica no interior da RNLZIBA, respeitando o conjunto de condicionalismos propostos, uma minimização dos conflitos com os pescadores locais, uma maior conservação da zona e protecção dos recursos naturais, bem como uma fiscalização mais eficiente. Do nosso ponto de vista, os benefícios em permitir a pesca lúdica condicionada são claramente superiores aos benefícios obtidos por uma proibição total, para além de que os próprios benefícios de uma proibição total não justificam sequer os seus efeitos negativos na população, no turismo e na economia local.

É importante que a tradição piscatória no concelho de Cascais seja conservada, e ao mesmo tempo a pesca ser adaptada aos problemas e necessidades actuais de modo a ser uma actividade sustentável, que contribua positivamente para a economia e permita o lazer dos seus praticantes sem criar impactos ambientais relevantes.

## 6 BIBLIOGRAFIA

- **Riche, C.; Longcore, T (2006)**, “Ecological Consequences of Artificial Night Lighting”; Island Press.
- **Aubrecht, C; Elvidge, C.D; Ziskin, D; Rodrigues, P; Gil, A (2010)**, “Observing stress of artificial night lighting on marine ecosystems – A remote sensing application study” ISPRS TC VII Symposium – 100 Years ISPRS, Vienna, Austria.
- **Green, K (2002)** “Beach Nourishment: A review of the biological and physical impacts”, ASMF Habitat Management Series #7, Atlantic States Marine Fisheries Commission, Washington DC.
- **Almeida, P (2010)**, “Análise económico-ambiental de alimentação artificial de praias”, Tese de mestrado, Universidade de Aveiro.